



ACÓRDÃO Nº1125/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11549/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Manaus Previdência - Manausprev
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Marcelo Magaldi Alves (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5716, Eduardo Alves Marinho - OAB/AM 7413, Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5716, Eduardo Alves Marinho - OAB/AM 7413, Mauricio Sousa da Silva - OAB/AM 9015, Felipe Carneiro Chaves - OAB/AM 9179, Mauricio Sousa da Silva - OAB/AM 9015, Felipe Carneiro Chaves - OAB/AM 9179, Mario Jose Pereira Junior - OAB/AM 3731, Mario Jose Pereira Junior - OAB/AM 3731 e Geraldo Uchoa de Amorim Junior - OAB/AM 12975
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 726/2018, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Manaus Previdência - MANAUSPREV. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual de responsabilidade do Sr. **Marcelo Magaldi Alves**, referente ao exercício de 2015, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Recomendar à Manaus Previdência - Manausprev na pessoa responsável que:

10.2.1. Se abstenha de pagar jetons aos membros do Conselho Municipal de Previdência pela participação em reuniões que não se enquadrem nos arts. 4º, § 8º, 16, § 5º, da Lei Municipal nº 1.803/2013;

10.2.2. Efetue os registros contábeis dos valores arrecadados no Edifício Garajão na data de sua efetiva arrecadação e, mantenha registro em rubrica contábil específica dos valores



ACÓRDÃO Nº1125/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

manipulados a título de troco, com fins de se cumprir os princípios contábeis da oportunidade e competência, e a função administrativa da contabilidade de controle do patrimônio;

10.3. Determinar à Manaus Previdência que planeje melhor suas futuras ações, e observe e cumpra os prazos legais e regimentais, assim como as recomendações dos Laudos Técnicos e Pareceres Ministeriais acostados aos autos, a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM;

10.4. Dar quitação ao Sr. Marcelo Magaldi Alves, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que promova o arquivamento dos autos, após o cumprimento das formalidades legais.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Novembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral